

OS DESCAMINHOS QUE NÃO CHEGAM LÁ: REPRESENTAÇÃO FEMININA E OS NÃO CANDIDATOS¹

MÁRCIO C. CARLOMAGNO²

RESUMO

O artigo aborda como os estudos de recrutamento e seleção, no campo de estudos de elites políticas, tratam a não representação de gênero feminina no parlamento. Aponta para uma lacuna específica da literatura, que é aquilo que os partidos *não produzem*, as pessoas que nem chegam a tentar entrar na disputa. Após uma revisão do estado da arte sobre os estudos de recrutamento e sobre as condicionantes para a eleição, que levam a uma sub-representação feminina, argumenta como a proposição teórica da regra das reações antecipadas, de Mathew Crenson, pode ser utilizada proficuamente nestes estudos para entender a racionalidade que leva à não-postulação de cargos. Apresenta, por fim, alguns caminhos para uma agenda de pesquisa que tente abordar a temática.

Palavras-chave: Representação feminina. Mulheres e eleições. Recrutamento e seleção. Elites políticas.

¹ Agradeço a Adriano Codato pela leitura e comentários à primeira versão deste texto, ainda em 2013, bem como aos pareceristas anônimos da Revista Mediações.

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. mccarломagno@gmail.com

PATHWAY DETOURS TO NOWHERE: WOMEN'S REPRESENTATION AND THE NON-CANDIDATES

ABSTRACT

The paper discusses how studies of recruitment and selection in political elites treat the female non-representation in parliament. It points to a specific gap in the Brazilian literature, which is what the parties *do not produce*, people who do not even try to enter in the competition. After a review of the state of the art of studies on the recruitment and the constraints for election, what leads to a female sub-representation, it argues how the theoretical proposition of the rule of anticipated reactions, from Mathew Crenson, can be fruitfully used in these studies to understand the rationality that leads to non-postulation of offices. Presents, finally, some roads to a research agenda that attempts to address the issue.

Keywords: Women representation. Women and elections. Recruitment and selection. Political elites.

INTRODUÇÃO

Se, como ensina Gaetano Mosca (1966), fundador da sociologia das elites, os eleitores não *escolhem*, senão entre as opções que lhes são dadas, alguém define quais são estas opções. Este alguém são os partidos políticos. É, portanto, de importância primordial se olhar para a organização partidária e seus processos de recrutamento e seleção de candidatos – mecanismo este entendido por autores como Pippa Norris (2013) como uma das mais importantes funções de um partido político –, mas também para outras nuances desta questão, o recrutamento e seleção de candidatos.

Neste artigo, pretende-se abordar uma lacuna específica identificada nos estudos sobre recrutamento e seleção de candidatos, que é a não participação de dadas categorias sociais no universo político. O recorte deste artigo se focará na não participação feminina e

na não representação³ de mulheres no parlamento. Na maior parte dos estudos existentes, os olhares recaem sobre quem são os escolhidos e como se deram as escolhas, mas quem são os preteridos? Ou, ainda mais interessante, quem são os preteridos que sequer tentaram iniciar o processo de recrutamento e seleção? Muitos estudos se centram naquilo que o partido *produz*, mas esquecem-se daquilo que a organização *não produz*, isto é, aqueles que são filtrados tanto no processo de seleção, quanto antes mesmo deste próprio processo – e nem tentam. Após apresentar o estado da arte em estudos brasileiros sobre participação feminina nas eleições, propõe-se um possível caminho teórico para análise deste fenômeno, a partir do conceito de reações antecipadas em Crenson (1971).

Apesar do recorte nos não candidatos não ser o mais recorrente na literatura brasileira, esta não é uma abordagem tão atípica ao campo – contribuindo este artigo, também, para sintetizar tais legados. O problema dos não candidatos foi apontado tanto pelos clássicos, como Pippa Norris (1997), como por trabalhos contemporâneos, como Perissinotto e Miríade (2009) e Bolognesi (2013). Contudo, existe uma lacuna em estudos empíricos nesta seara, sobretudo no Brasil. O objetivo deste artigo é atentar para a existência de um “novo” objeto empírico a ser estudado, que são os não candidatos, ou uma não elite, isto é, aqueles que são filtrados pelo processo e que não estão presentes nas representações legislativas finais. Olhar para quem os partidos filtram pode dizer muito sobre o processo de recrutamento e seleção, sobre os partidos, sobre o sistema de representação brasileiro e sobre os caminhos, ou melhor, descaminhos, para o poder político. Dessa forma, é proposto um caminho inverso ao que usualmente é realizado. Não um estudo dos que “chegaram lá”, mas um estudo daqueles que *não* chegaram lá. O objetivo, aqui, é proceder com um

³ Utiliza-se aqui o termo não-representação, dado o recorte que se propõe analisar conforme explicado ao longo do texto. As mulheres, contudo, constituem um grupo sub-representado no Congresso, como ser evidenciado na seção três deste artigo.

estudo exploratório e apresentar as bases teóricas que podem embasar esta perspectiva de pesquisa, não entrando, porém, na análise de dados empíricos.

O artigo está organizado da seguinte forma. A seção 2 se dedica a traçar o estado da arte dos estudos e processos de recrutamento e seleção. Sem se perder em detalhes, detém-se o olhar sobre o papel da organização política no recrutamento e seleção, dialogando tanto com os clássicos fundadores desta área de estudos, quanto com os trabalhos mais recentes publicados. Na terceira seção, apresenta-se alguns estudos sobre representatividade entre os eleitos e estudos que abordam as condicionantes para o sucesso eleitoral, em suma, sobre quem se elege e porque se elege. Demonstra-se o *gap* existente na representação de mulheres no parlamento. A quarta seção é dedicada aos não candidatos. Abordando especificamente o caso das mulheres, relatam-se os condicionantes para se conquistar um “lugar ao sol” político, que apontam que a não representatividade de dados grupos sociais não está no processo eleitoral em si, mas em um momento anterior. Respostas específicas sobre este “momento anterior” são abordadas nesta seção. Ainda na quarta seção, apresenta-se uma série de estudos cujo resultado conclui que a explicação à não participação das mulheres encontra-se na etapa anterior ao processo de recrutamento e seleção, o que Czudnowski (1975) elenca como um dos filtros deste processo, a “motivação inicial”. Por fim, é apresentada a regra das reações antecipadas, de Matthew Crenson, clássico da Ciência Política mas externo ao universo de estudos de elites políticas, o qual é mobilizado de modo a ajudar na compreensão e estudo do fenômeno abordado: as *ausências* representativas - a importância de se investigar aquilo que não está presente e como fazê-lo. Apresenta-se, por fim, algumas sugestões metodológicas, retiradas da literatura, sobre *como* investigar este objeto empírico ainda pouco explorado.

O ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS

O que é o estudo sobre recrutamento e seleção de candidatos? Evocando um clássico, vamos começar pelo que não é: estudos de recrutamento não são estudos sobre elites políticas (CZUDNOWSKI, 1975, p. 155). Ao passo que estudos de elites se focam nos atributos sócio-econômicos e profissionais da elite política, o recrutamento político “estuda o *desenvolvimento de carreiras políticas*” (CZUDNOWSKI, 1975, p. 155, grifo do autor). O propósito dos estudos de recrutamento é “*explicar a diferença entre elites políticas e massas, e entre elites políticas e outras elites sociais*” (CZUDNOWSKI, 1975, p. 156). Os padrões de recrutamento podem, pois, explicar certas características assumidas pelas elites políticas. Czudnowski propõe alguns pressupostos para a área, como *o recrutamento é uma conexão entre a sociedade e a política*.

Ainda a responder o que é recrutamento e seleção de candidatos, Perissinotto e Bolognesi (2010) relatam, também a partir de Czudnowski, cinco *filtros* existentes no processo de recrutamento e seleção de elites políticas. Estes cinco filtros, não por acaso, constituem de certa forma áreas temáticas que tais estudos têm se focado⁴. O primeiro destes filtros são os obstáculos sociais que definem os grupos propensos a se envolver em atividade política, o segundo filtro é de natureza social e institucional, operando ao nível das regras e exigências do sistema político. O terceiro filtro, predominantemente organizacional, refere-se à estrutura das organizações políticas. Um quarto filtro é motivacional, presente no “recrutamento inicial”, no momento em que o indivíduo decide se dedicar à política. O último filtro, a decisão do eleitor.

⁴ Sobre o atual campo de pesquisa em recrutamento e seleção, ver Braga e Bolognesi (2013).

A seleção de candidatos é também um estudo de *gatekeeping* (GALLAGHER; MARSH, 1988). Como argumentam estes autores, recrutamento e seleção é uma das funções mais obscuras dos partidos políticos, uma vez que a mais efetiva influencia é largamente realizada em privado (GALLAGHER. MARSH, 1988, p. 2), o que constitui também um grave problema metodológico para seu estudo – embora não intransponível, como se poderá verificar adiante, em estudos como o de Bolognesi (2013) que adotam como método a auto-percepção dos candidatos sobre seus selecionadores.

Gallagher e Marsh (1988), em uma perspectiva comparada, dão atenção à configuração institucional, em termos de estrutura política e sistema eleitoral. O controle central do processo é especialmente mais aplicável em sistemas eleitorais de listas fechadas (GALLAGHER; MARSH, 1988), e isto teria efeitos sobre o modelo de recrutamento e seleção aplicado em cada país.

Pippa Norris (2006, 2013) apresenta quatro questões que norteiam os estudos de recrutamento e seleção: a) quem é elegível? b) quem nomeia? c) quem é nomeado? d) quais as consequências das nomeações? Araújo (2005), a partir de Pippa Norris, nos lembra de uma possível classificação do tipo de recrutamento, dividido entre *centralizado-informal; informal e localizado; formal-localizado; e formal-centralizado*⁵. Já Rahat e Hazan (2001), propõem um novo *framework* de análise, que rapidamente ganha reconhecimento dos pares⁶, a partir de outras quatro questões. Mais preocupados com o âmbito organizacional, repetem as duas primeiras questões de Norris, embora sob outro olhar. As questões de pesquisa se referem à: 1) candidatura (quem pode se candidatar?) 2) selectorate. Quem seleciona os candidatos? (estas duas primeiras dimensões remetem ao que chamam de exclusividade x inclusividade, de um dado partido).

⁵ Para uma tipologia de padrão de recrutamento baseada na perspectiva endógeno (dentro das fileiras do partido) x exógeno ou lateral, ver Santos (2001).

⁶ Ver Braga (2013)

3) Onde os candidatos são selecionados? Processos centralizados/descentralizados. 4) Como os candidatos são nomeados? Sistemas de votação/indicação.

Chega-se, então, às questões organizacionais e sua importância. Para tratar disto, é preciso começar pelos clássicos. Hirschman (1973, p. 81) apresenta três alternativas de ação para os indivíduos que compõem uma organização (que inclusive dão título à sua obra): saída, voz (protestar) e lealdade. O interessante achado de Hirschman está em sua conclusão: indivíduos tendem a ser mais leais à organização quando passam por iniciação severa e têm um alto preço de saída. Aqui surge a imprescindibilidade de se estudar os processos internos de seleção e recrutamento de partidos, pois, em última instância, tais processos poderão afetar não somente o perfil dos candidatos e eleitos, mas o comportamento legislativo dos parlamentares.

Nos estudos de recrutamento e seleção de candidatos tornam-se objetos essenciais, então, o grau de centralidade da escolha dos candidatos e a mensuração da democracia interna dos partidos⁷. Sobre isto, o estudo de Bolognesi (2013) lança mão de *surveys*, a fim de identificar a autopercepção dos candidatos sobre a formação das listas partidárias e *quem* os selecionou nas eleições legislativas de 2010⁸. Mensura a democracia dos partidos baseado nos quatro questões propostas por Rahat e Hazan (2001) mencionadas anteriormente. Constrói, para o “quem escolhe”, um continuum que vai desde todos os eleitores, mesmo que não filiados (como em alguns estados norte-americanos) até o líder único. Como resultado, averigua que no PT

⁷ Sobre o processo de seleção e democracia interna nos partidos ingleses e espanhóis, que para o autor são mais formais do que reais, sendo o poder detido pelos líderes partidários, ver Hopkin (2001).

⁸ Para uma análise de 2006, utilizando-se de métodos mais tradicionais, ver Braga (2008). Para uma análise comparativa da inclusividade presente nos estatutos partidários e o perfil dos políticos eleitos no PT e no PFL, veja Perissinotto e Bolognesi (2009). Para análise análoga, utilizando-se do mesmo banco de dados, ver Veiga e Perissinotto (2011).

a escolha se dá por delegados do partido, enquanto no DEM e, em menor escala, PMDB, por líderes dos partidos⁹. Nos motivos pelo qual foi escolhido, encontram-se, mais à direita “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política”, mais à esquerda “possuir bom trânsito no partido” e “apoio de movimentos sociais e de base”, e em todos os espectros “possuir boa densidade eleitoral” e “recursos financeiros próprios”. Seguindo Rahat, Hazan e Katz (2008), os resultados apontam que partidos com maior participação não necessariamente apresentam melhores índices de representatividade.

Rahat, Hazan e Katz (2008) medem a democracia interna dos partidos no processo de recrutamento e seleção e chegam à conclusão que participação e representatividade podem ser valores não-lineares, ou até mesmo negativos. Os partidos com maior inclusividade nos procedimentos de seleção (os mais democráticos, por assim dizer) produzem listas com menor representatividade e apenas níveis medianos de competitividade. Dado este fato, em conjunto com achado análogo de Bolognesi (2013), é possível ressaltar o papel de intervenção do partido, ainda que de forma “não democrática”, a fim de garantir níveis de representatividade nas listas.

Analisando estratégias de promoção de igualdade de gênero e discriminação positiva (cotas), Pippa Norris (2013, p. 11, grifo nosso) propõe como estratégia metodológica uma “*aliança entre a interação da estrutural social com as demandas institucionais*”, isto é, entre as duas correntes principais da ciência política, uma voltada ao impacto das instituições¹⁰, outra às questões societais.

⁹ Para resultados análogos sobre a maior democracia no PT e exclusividade do PFL, nas eleições de 2006, e a partir de dados formais (sem a utilização de surveys e auto-percepção), ver Braga, Veiga e Miriade (2009).

¹⁰ Para uma perspectiva que alia o institucionalismo (“regras do jogo”) com a preocupação de variáveis organizacionais-partidárias e contextuais, veja Siavelis e Morgenstern (2009).

REPRESENTATIVIDADE ENTRE OS ELEITOS E CONDICIONANTES PARA O SUCESSO ELEITORAL

Para começar a tratar sobre representação e sub-representação nas eleições, é preciso perguntar: no Brasil de hoje, quem se elege e por quê? Existe representação de todas as camadas da sociedade, como de sexo, por exemplo? Quais seriam os fatores condicionantes de uma campanha eleitoral? Origem profissional, de classe, escolaridade, sexo, idade, acesso a financiamentos de campanha, entre outros fatores, exercem qual grau de influência? Saber tais condicionantes importa, pois *podem* ter relação direta com os critérios usados no processo de recrutamento e seleção.

Em se tratando de eleições para o executivo municipal, Codato, Cervi e Perissinoto (2013), a partir de testes estatísticos com dados das eleições municipais brasileiras de 2012 em mais de cinco mil municípios brasileiros, acusam a centralidade da condição de político profissional para as chances de sucesso eleitoral. Ser candidato à reeleição, estar em um partido coligado e estar em partido de alto desempenho, nesta ordem, são os fatores de maior impacto, no referido estudo. As variáveis econômicas, em especial a receita de campanha, também obtém destaque. Quanto à representação, existe a veemente desvantagem das mulheres no pleito e a preponderância da profissão “empresário” sobre outras. Concluem que, para eleger-se, os “recursos [são] obtidos ***dentro do próprio campo político***. Essa lógica favorece sobretudo o sucesso e a permanência daqueles que desempenharam atividades prévias em burocracias públicas, cargos eletivos ou nas máquinas dos partidos políticos.” (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013, p. 80, grifo do autor), e sugerem como agenda de pesquisa e hipótese a ser testada, a existência de “*uma classe política cada vez mais fechada a adventícios, heterogênea socialmente, mas semelhante quanto aos mecanismos de constituição e recrutamento, tipo e perfis de carreira, estratégias políticas*

e eleitorais.” (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013, p. 80, grifo do autor).

Já em se tratando de legislativo, Perissinoto e Bolognesi (2010), analisando três eleições para a Câmara dos Deputados (1998, 2002, 2006), comparam ocupação, gênero e escolaridade com os resultados eleitorais, entre eleitos e não-eleitos¹¹. Utilizando também de métodos estatísticos, concluem, tal qual o estudo citado anteriormente, que a principal variável claramente é ser um político profissional, em todas as posições ideológicas, o que é “*um resultado lógico da institucionalização da dinâmica eleitoral*”¹². (PERISSINOTO; BOLOGNESI, 2010, p. 27, grifo do autor).

Alguns estudos enfocam também a importância do financiamento de campanha para os resultados eleitorais¹³. Destaca-se aqui Speck e Mancuso (2012) que na relação entre *incumbents* e *challengers*, verificam efeito positivo estatisticamente relevante entre financiamento e resultados eleitorais. Os autores propõem uma interessante abordagem, que é medir o resultado eleitoral pelos “mais votados” e não meramente “eleitos”. Existe também a prevalência daqueles que já detém capital político, o que corrobora com a tese da profissionalização da política. Contudo, os autores apontam que seu modelo é falho, uma vez que entre os “desafiantes” estariam ocupantes de outros cargos eletivos, isto é, que também deteriam outros tipos de capital político, tal qual os “incumbentes”.

Analisando-se o período histórico, nota-se uma mudança na composição social das elites políticas. Isto é demonstrado por Rodrigues (2006) que relata uma mudança na composição socioprofissional na Câmara dos Deputados entre as eleições de 1998 e de 2002, sendo a

¹¹ Para análise somente de 2006 com resultados análogos, veja também Perissinotto e Miriade (2009).

¹² No original, em inglês: “Professionalization is an imperative for candidates of all parties as a logical result of the institutionalized electoral dynamic”.

¹³ Veja também Cervi (2010).

Câmara, a partir deste ano, significativamente mais popular, isto é, com membros advindos de classes mais populares e médias – ligados estes predominantemente aos partidos de esquerda. Isto leva à indicação de uma mudança das condicionantes para o sucesso eleitoral.

Em se tratando de representação de gênero, facilmente averigua-se que mulheres tem mais dificuldade para eleição do que homens. Bohn (2007) mostra que o Senado, tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos, continua a ser uma Casa de difícil expugnação para mulheres. Em uma análise qualitativa sobre o impacto das cotas nas mulheres eleitas, Araújo (2009), diante do fato dos partidos sequer conseguirem preencher a quantidade mínima de vagas femininas, aponta para a necessidade de se olhar o processo de recrutamento e seleção de candidatos:

Considerando o que foi discutido em outros contextos sobre as disposições prévias das mulheres para concorrer, algumas interrogações orientam os desdobramentos da presente análise: compreender mais a fundo a “pré-seleção” de candidaturas, ou seja, a definição e auto-definição sobre aqueles que irão se dispor a *querer disputar um lugar na corrida eleitoral* (ARAÚJO, 2009, p. 54, grifo do autor).

Frise-se o que acabou de ser lido: compreender mais a fundo a “pré-seleção” de candidaturas, a definição e auto-definição sobre aqueles que irão se dispor a querer disputar. Este é o tópico da seção seguinte deste artigo.

Os NÃO-CANDIDATOS

Há na literatura de recrutamento e seleção alguns apontamentos às “ausências” (por ex, Perissinotto e Miríade, 2009, que serão abordados adiante) entre candidatos. Contudo, são raros os

estudos empíricos nesta seara. No estudo apresentado por Gallagher e Marsh (1988, p. 2), 99% dos aspirantes eram eliminados. Perguntam-se, então, os estudiosos do campo: como ocorre este processo? Quão centralizado ou democrático ele é? Como impacta na formação ulterior das legislaturas? Ainda que se assuma que percentual tão alto refere-se apenas àquele contexto, não sendo reproduzido no Brasil, é preciso perguntar também: quem são estes eliminados? Se Gallagher & Marsh apresentam como uma das perguntas fundamentais do campo: “*que qualidades os aspirantes precisam ter para serem selecionados?*” (GALLAGHER; MARSH, 1988, p. 2), é necessário também questionar: quais qualidades tais aspirantes não devem ter? Saber não só o percentual dos eliminados pelo processo, mas suas características, pode dizer alguma coisa sobre os partidos brasileiros e o processo de recrutamento e seleção. Para além dos candidatos eliminados, há os que sequer chegam a sê-lo. Apresenta-se a seguir uma proposição teórica clássica da Ciência Política que trata sobre como estudar *ausências*, isto é, um não-assunto, correlacionando à sua possível aplicação no desenho de pesquisa aqui proposto; logo após, apresenta-se alguns estudos e conclusões que evidenciam o recorte aqui tratado e se propõe a sua discussão.

Como, então, tratar de algo que não ocorre? Esta é a grande questão dos teóricos da não-decisão. “*Qualquer um que espera construir uma explicação para a inércia política imediatamente enfrenta dificuldades. A tarefa, afinal, é peculiar.*”¹⁴ (CRENSON, 1971, p. 26). Contudo, “*Inação é tanto quanto um fato, suscetível à verificação empírica, como é a ação. Não há nenhuma razão óbvia por que o estudo de não-eventos não possa ser factual.*”¹⁵ (CRENSON, 1971, p. 26). Uma vez que é esperado de toda forma de organização política a produção de não-decisões

¹⁴ No original: Anyone who hopes to construct an explanation for political inaction immediately faces difficulties. The task, after all, is a peculiar one.

¹⁵ No original: Inaction is just as much a fact, just as susceptible to empirical verification, as is action. There is no obvious reason why a study of nonevents cannot be factual.

(CRENSON, 1971, p. 183) e que o poder político pode produzir inação e impenetrabilidade (CRENSON, 1971, p. 34), as não-decisões de um processo de recrutamento e seleção, isto é, a não-presença de dados grupos ou representações, pode nos dizer muita coisa.

A ideia da regra das reações antecipadas é fundamental para compreender a não participação das mulheres (ou qualquer outro grupo ausente, como negros) no cenário político. No estudo de Crenson (1971), este demonstra que, antecipando as reações das empresas de aço nos Estados Unidos, os interessados na questão da poluição do ar sequer reivindicaram tal bandeira, o que dava aos políticos locais o argumento de que esta não era uma política pois não era um assunto posto na agenda da comunidade. Eis a dualidade entre assuntos manifestos (colocados na pauta explicitamente) e latentes (que são ocultos ou não chegam a *ser tornar um assunto*, apesar de sua existência). Crenson (1971, p. 183) afirma que a intervenção federal ou estadual em assuntos locais pode favorecer a ação dos sujeitos que antes eram inertes por verem seus interesses prejudicados. Dessa forma, voltando os olhos ao objeto deste artigo, a intervenção federal mediante o sistema jurídico, com o estabelecimento de cotas, pode atuar neste sentido, embora os estudos apontem sua ainda ineficácia no contexto brasileiro¹⁶, em virtude, também, de sua aplicação não ter sido acompanhada por sanções aos partidos.

A questão crucial posta para Crenson não é quantas não-decisões um sistema político produz, mas quais tipos e quão significativas. O fato mais importante sobre essas não-decisões é que, para o autor em tela, a maioria delas tem a ver com a distribuição de poder. Elas não são aleatórias, mas casos de negligência politicamente forçada¹⁷ (CRENSON, 1971, p. 184). Este, portanto, é mais um elemento

¹⁶ Conforme já citado neste artigo, sobre isso, ver Araújo (2009).

¹⁷ Outra perspectiva teórica sobre não-assuntos, isto é, ausências, poderia ser encontrada em Offe (1982), de cunho marxista, para quem, grosso modo, assuntos que não interessem ao capital são expelidos da pauta pública e não conseguem encontrar lugar no Estado.

que esta teoria fornece para pensar o processo de recrutamento e seleção de candidatos. É óbvio que nada pode-se afirmar sem a verificação empírica, mas se no estudo de Crenson, uma forte crítica ao pluralismo, as não-decisões se relacionavam com a distribuição e manutenção do poder, as ausências de certas representações, como a de mulheres, na elite política não poderia ser tributada à mesma estrutura de manutenção do poder? Objetivamente, o que Crenson fornece para a análise é: a) a compreensão de que objetos ausentes, não-fatos, ou, neste caso, não-presenças, podem ser estudados objetivamente; e especialmente b) a partir da regra das reações antecipadas, dados sujeitos podem ser levados a não participar, uma vez que não sintam na organização a permeabilidade às suas demandas.

Continuando a tratar das ausências, mas retornando ao objeto deste artigo, uma série de estudos apontam a existência desta lacuna e a necessidade de maiores atenções a ela, desde os clássicos, como Pippa Norris, aos estudos específicos para o contexto brasileiro. Um clássico nesta temática é “Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo”, de Fox e Lawless (2012). Os autores fizeram um *survey* com potenciais candidatos para verificar as distinções, em termos de gênero, nos fatores que incidem sobre a decisão inicial de concorrer a um cargo.

Estes autores constroem uma forte crítica, embasada em seus dados empíricos, às teorias que “pressupõem que, porque a arena eleitoral é neutra em termos de gênero, as mulheres, com o tempo, tenderão a concorrer com mais frequência a um cargo, a conquistar posições eleitorais e a promover a paridade de gênero nas nossas instituições eleitorais.” (FOX; LAWLESS, 2012, p. 151). Para eles, “essas explicações para a sub-representação das mulheres não levam em conta o processo de seleção pelo qual potenciais candidatos se tornam candidatos propriamente ditos. As evidências encontradas em nosso estudo revelam que as diferenças de gênero fundamentais estão

situadas na fase do processo eleitoral em que ocorre o surgimento dos candidatos” (FOX; LAWLESS, 2012, p. 151).

Os autores concluem que “em nível agregado, as mulheres, mesmo na camada superior das realizações profissionais, *têm* menos probabilidades de cogitar concorrer a um cargo político do que seus equivalentes masculinos, sugerindo que os custos de entrar na arena política são diferentes para homens e mulheres” (FOX; LAWLESS, 2012, p. 132). A explicação destes autores para o fenômeno reside na socialização de gênero, argumentando que as mulheres, mesmo quando possuam as mesmas qualificações que os homens, tendem a se sentir menos preparadas para postular uma candidatura – e acabam por não fazê-lo.

Os dados de Fox & Lawless são muito contundentes. Em síntese, a distinção entre o estudo de Fox & Lawless e uma abordagem a partir de Crenson é que, desta última perspectiva, o fenômeno pode ser analisado sob a lógica teórica dos cálculos racionais¹⁸ dos atores, sem necessitar recorrer ao artifício da socialização utilizado por Fox & Lawless, cuja verificação empírica é complexa e, por vezes, contestável.

No Brasil, Araújo e Borges (2013) realizaram um *survey* com candidatos a deputado em 2010, especificamente para estudar gênero nas eleições. Analisam-se trajetórias políticas-eleitorais, estratégias, recursos e dificuldades de campanhas. A pergunta deles é por que determinadas pessoas motivam-se a disputar um processo eleitoral e outras não e por que menos mulheres fazem isso? Também procuram averiguar “*quem estava, de fato, no grupo dos competidores efetivos e em que circunstâncias as candidaturas teriam um caráter mais formal, isto é, não seriam ‘para valer’*” (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 76, grifo nosso). Encontram um *gap* muito evidente por sexo, em diversas dimensões: a origem dos recursos (utilizam um conceito de recursos mais amplo, para além do financeiro), nas redes institucionais de apoio, e até no

¹⁸ Sobre isso, veja Tsebelis (1998), especialmente capítulo 2, e Figueiredo (2008).

HGPE. O peso da inserção em redes de contatos que lhes garantam apoio impactou tanto para as campanhas malsucedidas quanto para as bem-sucedidas. Os autores concluem que a explicação das várias dimensões em que as mulheres estão em desvantagem ocorre “em geral, antes do momento eleitoral em si. O processo eleitoral seria, assim, o resultado de um filtro que antecede mesmo o recrutamento” (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 69, grifo nosso).

Achado especialmente interessante é o de Matthews (2012). Na tentativa de explicar os baixos níveis de representação feminina na Irlanda do Norte e olhando para o processo de recrutamento e seleção, o autor procedeu com 29 entrevistas em profundidade com os líderes dos cinco maiores partidos. Conclui que a natureza local dos processos de seleção pode implicar desvantagem das mulheres aspirantes. Também ressalta fatores culturais adicionais que influenciam o recrutamento e participação feminina, como a forte “norma social” sobre responsabilidade doméstica feminina, uma cultura política masculinizada e a falta de confiança dos partidos no potencial das candidatas. Isto é, conforme se propõe aqui, uma posição do partido (falta de confiança no desempenho eleitoral das mulheres) condiciona estas para que sequer tentem candidatar-se. Feita a análise apenas dos candidatos barrados, estas não aparecerão nos dados. Ou seja, analisar os candidatos barrados é uma etapa importante, mas não suficiente. É preciso olhar para além do processo de recrutamento e seleção. É isso o que dizem Perissinotto e Bolognesi, quando constatado com o mesmo fato, encontrado em sua pesquisa: a exclusão das mulheres e de pessoas com baixa escolaridade:

[...] parece que a **exclusão de mulheres e pessoas com baixa escolaridade ocorre fora dos partidos políticos**, já que esses dois grupos reproduzem o percentual de sua presença entre os candidatos no universo dos eleitos. Nesse sentido, o **analista deve olhar para** as relações

sociais mais amplas, **fora das organizações partidárias**, para tentar entender a baixa presença desses indivíduos na vida política (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2009, p. 163, grifo nosso).

Como método, portanto, tal como os estudos comparam eleitos e não-eleitos, atenta-se para a importância de uma possível comparação entre candidatos e não candidatos. Podem-se encontrar indicações para isso na literatura, embora nenhum trabalho empírico. Perissinotto e Miríade nos dão uma belíssima explanação acerca da questão, sobre não ser possível a simples derivação das características dos excluídos a partir das características dos incluídos, e a necessidade de comparar as características dos membros do partido, daqueles que buscam ser candidatos e não conseguem, e da população em geral. A citação é longa, mas, definitivamente, não é gratuita:

Estudos sobre “recrutamento político”, no entanto, precisam analisar todos os *filtros* que configuram o processo seletivo de uma elite política. Nesse sentido, não é suficiente apresentar um perfil dos vitoriosos e, a partir das suas características, produzir inferências sobre que grupos sociais são prejudicados ou privilegiados no longo caminho até as posições de elite. Ao traçar o perfil da elite política brasileira, é possível, por exemplo, constatar a baixa presença de mulheres nesse grupo. Contudo, isso, por si só, não nos autoriza a dizer que as mulheres foram *excluídas* do grupo, pois **elas simplesmente podem não se candidatar a essas posições**. Por essa razão, um **verdadeiro estudo sobre recrutamento** deve dar conta **não apenas das características dos eleitos**, mas também das **características dos membros dos partidos políticos**, dos **que buscam ser candidatos** e dos que efetivamente são indicados como tais, comparando-as com os **atributos da população em geral**. Somente assim é que poderemos acompanhar, passo a passo, o processo que seleciona os que, por fim, ocuparão os postos de elite e, dessa forma, poderemos ver **que**

grupos sociais simplesmente não se lançam na atividade política, quais buscam a carreira política, mas são dela alijados, e quais se encontram sobrerrepresentados na elite política (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p. 302, grifos em itálico do autor, grifos em negrito nossos).

Da mesma forma, Bolognesi, seguindo Pippa Norris, aponta a necessidade de ampliar o escopo de visão do processo de recrutamento e seleção e olhar para aqueles que não chegam a tornar-se candidatos:

Talvez **não seja suficiente utilizar a seleção de candidatos** e as composições das listas **para entender** de que forma os partidos manejam a **representação política**. Desse ponto de vista, Norris e Lovenduski (1997), argumentam que somente com o **estudo sobre** a quantidade de mulheres que não **chegam a se tornar candidatas** é que podemos compreender o motivo pelo qual os indicadores de representatividade são relativamente baixos e os anteparos à renovação relativamente altos (BOLOGNESI, 2013, p. 66, grifo do autor).

Seguindo a sugestão de Perissinotto e Miríade, podemos apontar como estratégia metodológica viável a comparação das características sócio-profissionais dos candidatos, com a) dos que tentaram mas não conseguiram ser candidatos; b) da base de filiados do partido; e c) com as da sociedade em geral. A questão (a) nos dará uma resposta comparativa sobre quais os reais critérios de seleção, isto é, eliminação. Uma vez tendo tal base de dados, seria possível mesmo testes de regressão estatística que apontem o grau de influência de dada característica para ser ou não eliminado. A questão (b) nos remete a uma pergunta fundamental: serão os candidatos, tanto os bem-sucedidos quanto os que não passaram pelo filtro do processo de recrutamento e seleção, um reflexo da base de filiados do partido? Como na pergunta de Gaxie (2012), será que haveria uma homologia entre o perfil de filiados de um partido e o perfil de candidatos

produzido por tal partido? Somente esta possível resposta nos parece já um grande achado sobre os partidos políticos nacionais. E a questão (c) responderá, o que parece algo já dado, por exemplo, para o caso das mulheres, o grau de representatividade ou não-representatividade. Em suma, são necessários estudos quantitativos que comparem as características sociais da base de um partido com seu quadro de candidatos, para testar a tese a homologia e outras apresentadas aqui.

Como Bolognesi (2013) demonstrou, o *survey* se constitui em método bastante eficaz para tais análises com a base partidária. Para se responder a estas questões, precisar-se-ia de inserção nas bases partidárias, para que se possa acompanhar em profundidade o processo de recrutamento e seleção. Algumas questões fundamentais para responder as perguntas desta pesquisa (isto é, se eventuais partidários que poderiam querer candidatar-se encontram barreiras simbólicas prévias que os compelem a sequer tentar) seria questionar, entre as bases de filiados, sobre: a) a permeabilidade do partido às suas demandas; b) a permeabilidade do partido à sua ação ou intervenção direta (se existe tal abertura); c) se ele se sente representado pelo perfil de candidatos e eleitos produzido pelo partido; d) se o sujeito pensaria ou desejaria se candidatar; e e) por que não o faz.

Olhar para a composição da elite partidária, isto é, de seu quadro dirigente, como nos propõe Araújo (2005, p. 210), embora a autora não tenha apresentado dados empíricos, também pode dar um indicador da inserção das mulheres, no caso, nas instâncias decisórias, o que talvez se refletisse na *motivação inicial* ou nas *reações antecipadas* para levar dado grupo a participar ou não-participar. Em linha complementar, estudos qualitativos em profundidade de caso único podem, eventualmente, apresentar resultados interessantes sobre os processos internos de um dado partido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se entender a desproporcionalidade da representação, ou não-representação, como no caso das mulheres, apontou-se neste artigo a necessidade de se olhar para o momento que antecede o próprio processo de recrutamento. Isto é, estudos que averiguem os mecanismos daquilo que Czudnowski chamou de *filtro motivacional*. O que faz com que um grupo de indivíduos participe, ou, mais importante, não participe? Como o não-atendimento às demandas de um dado grupo ou a não-permeabilidade da organização faz, ou melhor, *pode fazer*, com que tal grupo, a partir da regra das reações antecipadas (uma ação racional), sequer coloque-se como opção? Afinal, se estuda-se os mecanismos de recrutamento e seleção, não basta estudar os mecanismos formais, mas também os mecanismos, por assim dizer, simbólicos. Tendo ciência dos processos internos de como um partido seleciona e recruta, um dado indivíduo pode ser compelido a sequer tentar o processo de seleção, pois, a partir do cálculo de antecipação dos resultados, saberá que a organização não tem permeabilidade às suas demandas.

Há, portanto, que se responder a três possíveis questões: a) quem são os não-candidatos? Estes possivelmente estão na base de um partido, mas não se encontram refletidos em sua composição parlamentar. b) quais características destes não-candidatos os constituem nesta condição? Isto é, em que se diferenciam dos candidatos, ou, por que foram barrados ou nem tentaram? c) o que os compele a não tentar? Este ponto (c) é o mais importante e a comprovação da racionalidade dos atores passa pela verificação empírica de que os mesmos possuem o conhecimento de que, dadas certas circunstâncias, suas chances serão menores.

Este artigo colocou em evidência uma lacuna do campo, que embora seja mencionada como existente e necessária de ser estudada

(ARAÚJO; BORGES, 2013; BOLOGNESI, 2013; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009), ainda faltam estudos empíricos. Apresentaram-se possíveis caminhos metodológicos para se investigar tal fenômeno. Lança-se, assim, uma agenda de pesquisa para o campo. Evidentemente as questões que permeiam o tema não se esgotam neste trabalho, mas é possível lançar luz sobre uma perspectiva viável de pesquisa para o campo dos estudos de elites.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 23-59, jul./dez. 2009.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.
- ARAÚJO, Clara; BORGES, Dorian. Trajetórias políticas e chances eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 69-91, jun. 2013.
- BOHN, Simone R. Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective. *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 74-107, 2007.
- BOLOGNESI, Bruno A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 45-68, jun. 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. *Agenda Política*, São Carlos, v. 1, n. 1, 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOLOGNESI, Bruno. Apresentação: dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 7-11, mar. 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 123-142, jun. 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Souza. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 454-485, nov. 2008.

CERVI, Emerson Urizzi. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 4, p. 135-167, 2010.

CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. Quem se elege prefeito no Brasil? condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2. p. 61-84, 2013.

CRENSON, Matthew A. *The un-politics of air pollution: a study of non-decisionmaking in the cities*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971.

CZUDNOWSKI, Mosche M. Political recruitment. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Org.). *Handbook of political science: micro-political theory*. Reading: Addison-Wesley, 1975. p. 155-242.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena? gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 129-163, 2012.

GALLAGHER, Michael; MARSH, Michael. Introduction. In: _____. *Candidate selection in comparative perspectives: the secret garden of politics*. London: Sage Publications, 1988. p. 1-19.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 165-208, 2012.

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

HOPKIN, Jonathan. Bringing the members back in? democratizing candidate selection in Britain and Spain. *Party Politics*, Brighton, v. 7, n. 3, p. 343-61, May 2001.

MATTHEWS, Neil. Gendered Candidate selection and the representation of women in northern Ireland. *Parliamentary Affairs*, Oxford, v. 11, p. 1-30, Nov. 2012.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury (Org.). *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

NORRIS, Pippa. *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NORRIS, Pippa. *Recruitment*. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Org.). *Handbook of party politics*. London: Sage Publications, 2006.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 143-169, jan./jun. 2009.

PERISSINOTTO, Renato; BOLOGNESI, Bruno. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 10-32, 2010.

PERISSINOTTO, Renato; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal in 2006. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven Y. Candidate selection methods: an analytical framework. *Party Politics*, Brighton, v. 7, n. 3, p. 297-322, May 2001.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven; KATZ, Richard S. Democracy and political parties: on the uneasy relationships between participation, competition and representation. *Party Politics*, Brighton, v. 14, n. 6, p. 663-683, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

SANTOS, André Marengo. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 69-83, fev. 2001.

SIAVELIS, Peter; MORGENSTERN, Scott. Reclutamiento e selección de candidatos en América Latina: un marco para análisis. In: FREIDENBERG, Flávia; SAEZ, Manuel Alcántara. *Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático*. México: Instituto Iberoamérica, 2009.

SPECK, Bruno; MANCUSO, Wagner P. Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas

brasileiras de 2010. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindoia, *Anais...* Águas de Lindoia, 2012.

TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998.

VEIGA, Luciana; PERISSINOTTO, Renato. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2011.